



ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS SERTÕES DE CRATEÚS

01 Aos 11 (onze) dias do mês de junho de 2025, realizou-se a 22ª reunião extraordinária do CBHSC
02 no auditório da Cáritas Diocesana, em Crateús. Ao todo, estavam presentes 19 (dezenove)
03 instituições do Comitê, representando 63,33% do colegiado, e 20 (vinte) membros, entre titulares
04 e suplentes. Como convidados, estavam presentes a FUNCEME, a SEMACE e a secretaria-
05 executiva do CBHSC, a Gerência Regional da COGERH em Crateús, totalizando 34 (trinta e
06 quatro) participantes. Foi registrada a ausência dos representantes das seguintes instituições
07 membros: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de
08 Quiterianópolis, Prefeitura Municipal de Poranga, Prefeitura Municipal de Quiterianópolis,
09 DNOCS, Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, Empresa de Assistência Técnica e Extensão
10 Rural do Ceará – EMATERCE, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Associação Comunitária de
11 Malhada Vermelha e Região (Independência), Associação Raízes Indígenas dos Potiguara em
12 Crateús – ARINPOC, Associação das Pescadoras e dos Pescadores Artesanais de Tamboril,
13 Sistema de Saneamento Rural – SISAR (Crateús). Às 08h30min, a analista do Núcleo de Gestão
14 da COGERH/Crateús, Nayara Carvalho, iniciou a reunião esclarecendo a ausência da
15 coordenadora do Núcleo de Gestão, Edna Nascimento, que estava de férias. Em seguida,
16 agradeceu a presença de todos. Logo após, a presidente do CBHSC, Daniela Cavalcante, deu as
17 boas-vindas aos participantes e fez a leitura da pauta: 08h00min - Acolhida/café da manhã;
18 08h30min - Aprovação da ata da 47ª reunião ordinária do CBHSC - Willamy Melo/Secretário do
19 CBHSC (Destaque dos encaminhamentos); 09h10min - Balanço da quadra chuvosa 2025 – Meiry
20 Sakamoto/FUNCEME; 09h50min - Batimetrias realizadas nos reservatórios dos Sertões de
21 Crateús – COGERH/Crateús; 10h20min - Alocação Negociada de Água dos reservatórios da
22 Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús – COGERH/Crateús e CBHSC; 11h00min - Situação
23 da Mineradora em Quiterianópolis – SEMACE; 11h30min - Informes: Participação do CBHSC na
24 2ª reunião ordinária do FCCBH nos dias 06 e 07/05, em Fortaleza; 10ª Reunião Ordinária da CT
25 de Meio Ambiente do CBHSC, dia 14/05, em Crateús; Atividades Alusiva a Semana do Meio
26 Ambiente na Bacia dos Sertões de Crateús de 02 a 06/06/202; 11h50min - Deliberações e
27 encaminhamentos; 12h00min - Encerramento e almoço. Em seguida, a pauta foi aprovada. Na
28 sequência, Willamy Melo, secretário do comitê, iniciou a leitura da ata da 47ª reunião ordinária do
29 CBHSC. Após a leitura, todos os presentes a aprovaram por unanimidade. Em seguida, a

30 presidente do CBHSC realizou a prestação de contas das deliberações e encaminhamentos da
31 última reunião do Comitê, momento em que explicou o andamento dos quatro encaminhamentos
32 discutidos na ocasião. Sobre os dois primeiros encaminhamentos — acionar a SEMACE, por meio
33 da ouvidoria, para adoção de providências quanto ao lançamento de esgoto in natura na bacia
34 hidráulica do Açude Colina e informar e mobilizar o poder público municipal (legislativo e
35 executivo), bem como a sociedade em geral, sobre o problema do lançamento de esgoto in natura
36 na referida bacia, visando à busca de soluções para a situação —, a presidente informou que a
37 diretoria do colegiado estava tentando viabilizar um diálogo com a Prefeitura de Quiterianópolis,
38 tendo inclusive sugerido a data de 17 de junho para a reunião, e aguardava retorno. A proposta era
39 realizar um diálogo inicial e, caso não houvesse resposta satisfatória, o comitê procederia com
40 uma denúncia formal à SEMACE. Em relação ao terceiro encaminhamento — solicitar ao SISAR
41 a disponibilização ao CBHSC dos dados das futuras análises de água dos poços utilizados no
42 abastecimento humano do Distrito de Realejo, bem como do estudo hidrogeológico a ser realizado
43 —, a presidente informou que a deliberação foi oficializada e que o SISAR deverá encaminhar ao
44 colegiado os resultados de todas as análises realizadas nos poços, além de informar se haverá
45 substituição dos filtros utilizados no tratamento da água, e ainda apresentar o resultado do referido
46 estudo hidrogeológico. Quanto ao quarto encaminhamento — buscar, junto à Cáritas Diocesana de
47 Crateús, espaço na Feira Regional da Agricultura Familiar para divulgação das ações do Comitê
48 dos Sertões de Crateús —, a presidente relatou que o CBHSC, até o momento, não dispunha de
49 materiais gráficos e de comunicação para serem expostos no evento. Informou também que o
50 colegiado solicitou à SRH a aquisição desses materiais, os quais deverão ser adquiridos com
51 recursos do PROCOMITÊS. Assim, em breve, o comitê deverá contar com esse material e, a partir
52 de então, poderá participar de diversos eventos, promovendo a divulgação de suas ações e
53 deliberações. Dando continuidade à pauta, Daniela convidou Vinícius Oliveira, meteorologista e
54 representante da FUNCEME no CBHSC, para apresentar o balanço da quadra chuvosa de 2025.
55 Ele iniciou sua fala lembrando que a quadra chuvosa no Ceará ocorre entre os meses de
56 fevereiro e maio. Em seguida, recordou o prognóstico elaborado pela FUNCEME em janeiro de
57 2025 para o trimestre fevereiro-março-abril, o qual apontava maior probabilidade (45%) de
58 chuvas em torno da média histórica. Os modelos climáticos, à época, indicavam um gradiente de
59 precipitação de sudeste para noroeste do estado, com anomalias positivas na porção noroeste e
60 anomalias negativas no sudeste. Posteriormente, comentou sobre a atualização do prognóstico

61 para o trimestre março-abril-maio, que indicou 25% de probabilidade de chuvas acima da média,
62 30% abaixo e 45% em torno da média. Esse novo cenário mostrava um gradiente de precipitação
63 de sul para norte, com anomalias positivas no norte e negativas no sul do estado. No entanto, ele
64 ressaltou que esse gradiente não se confirmou de forma tão evidente na prática. O meteorologista
65 Vinícius Oliveira informou que, em fevereiro, o Ceará registrou chuvas dentro da média histórica,
66 sendo esperados 121,3 mm e observados 124,2 mm. No entanto, a Bacia dos Sertões de Crateús
67 apresentou precipitações abaixo da normal climatológica, com média esperada de 108,8 mm e
68 registro de apenas 65,2 mm. Todos os municípios da bacia ficaram abaixo da média, com destaque
69 negativo para Poranga e Tamboril: Em Poranga, eram esperados 93,4 mm, mas choveu apenas
70 26,1 mm e em Tamboril, a média histórica para fevereiro é de 114,2 mm, porém o acumulado foi
71 de apenas 8,6 mm. Em março, o estado manteve os índices dentro da média, com uma normal
72 climatológica de 206,5 mm e um total observado de 205,3 mm. Já a Bacia dos Sertões apresentou
73 chuvas levemente acima do esperado, com média histórica de 187,6 mm e volume registrado de
74 216,2 mm. Apenas os municípios de Poranga, Ipueiras e Tamboril ficaram abaixo da média. Em
75 contrapartida, o município de Novo Oriente registrou chuvas bastante expressivas: o esperado era
76 202,7 mm e choveu 391,4 mm. No mês de abril, o Estado do Ceará ficou abaixo da média
77 climatológica, pois a média esperada era de 190,7 mm e foram observados apenas 120,1 mm. Na
78 Bacia dos Sertões de Crateús, cuja média histórica é de 152,4 mm, foram registrados somente 84,6
79 mm, com todos os municípios da bacia apresentando baixos volumes de chuva. O município de
80 Quiterianópolis foi o que apresentou o menor acumulado, com apenas 32 mm. Para encerrar a
81 quadra chuvosa, no mês de maio, a expectativa era de 90,7 mm no Estado, mas o registrado foi de
82 apenas 68,1 mm, novamente abaixo do normal. Já na Bacia dos Sertões de Crateús, a média
83 histórica é de 50 mm e o valor observado foi de 50,8 mm, caracterizando um resultado dentro da
84 normalidade. O meteorologista destacou que essa bacia possui a menor média climatológica de
85 maio em todo o Estado, e que os municípios de Ararendá, Novo Oriente e Independência
86 apresentaram chuvas acima da média nesse mês. Na sequência, Vinícius informou o somatório das
87 precipitações do quadrimestre FMAM (fevereiro, março, abril e maio) de 2025. Segundo ele, para
88 o Ceará como um todo, a média esperada era de 609,2 mm e foram observados 517,7 mm, o que
89 representou um desvio negativo de 15%, embora ainda dentro da categoria normal. Já na Bacia
90 dos Sertões de Crateús, esperava-se um acumulado de 498,8 mm, mas foram registrados apenas
91 416,8 mm, classificando o quadrimestre como abaixo da média climatológica. Apenas os



92 municípios de Ararendá, Novo Oriente e Crateús apresentaram chuvas dentro da categoria normal.

93 Vinícius também destacou que as poucas chuvas de 2025 refletiram no aporte hídrico e apresentou

94 um comparativo do volume de água armazenado no Estado do Ceará ao final da quadra chuvosa

95 de 2024 e ao final da quadra chuvosa de 2025, onde foi possível visualizar que 2024 o estado

96 finalizou a estação chuvosa com 56,91% de sua capacidade de armazenamento enquanto que em

97 2025 finalizou apenas com 54,83, sendo que a Bacia dos Sertões de Crateús terminou a estação

98 chuvosa de 2024 com 23,77%, enquanto que em 2025 chegou a 01 de junho com apenas 20,02%,

99 o menor volume de todas as bacias. Em seguida, o meteorologista explanou sobre as condições

100 oceânicas. Informou que o Oceano Pacífico se manteve em condições neutras durante toda a

101 estação chuvosa de 2025, o que contrariou a previsão anterior de ocorrência do fenômeno La

102 Niña. Essa neutralidade contribuiu para os baixos volumes de chuva registrados, juntamente com

103 as condições desfavoráveis do Oceano Atlântico. Explicou que naquele momento, o Pacífico ainda

104 apresentava neutralidade climática, com previsão de manutenção desse padrão pelos próximos

105 trimestres, possivelmente até o início de 2026. Já o Atlântico, durante toda a quadra chuvosa,

106 apresentou um dipolo positivo, o que desfavoreceu uma quadra chuvosa robusta no Ceará.

107 Acrescentou que as águas do Atlântico estavam mais aquecidas ao sul, com previsão de

108 continuidade desse cenário nos meses seguintes. O meteorologista também apresentou a previsão

109 sub-sazonal para os 15 dias seguintes, destacando que havia expectativa de pouquíssimas chuvas

110 — praticamente nenhuma — para a bacia dos Sertões de Crateús. Ele finalizou sua apresentação

111 ressaltando que, durante a quadra chuvosa, a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) manteve-

112 se posicionada acima da média histórica, o que contribuiu para a redução dos volumes de

113 precipitação no Estado. Na sequência, a presidente do CBHSC agradeceu a apresentação de

114 Vinícius e, dando continuidade à pauta, Daniela convidou o gerente regional da COGERH em

115 Crateús, Rodrigues Júnior, para apresentar a situação hídrica da Bacia dos Sertões de Crateús.

116 Júnior iniciou informando que a COGERH fazia o gerenciamento de 157 açudes. Destes, 84

117 pertenciam ao Estado do Ceará, 62 ao DNOCS, 10 aos municípios e 1 era de propriedade

118 particular. E que esses açudes juntos possuíam uma capacidade total de armazenar 18,50 bilhões

119 de m³, sendo que no dia 01/06/2025 o volume armazenado era de 10,18 bilhões de m³,

120 correspondendo a 55,03% da capacidade. Especificamente, a Bacia dos Sertões de Crateús

121 apresentava um volume de 20,23%, portanto era a bacia com menor volume armazenado no

122 Estado. Júnior também apresentou as evoluções de aporte hídrico entre os anos de 1986 e 2025 no



123 Estado do Ceará, destacando que os maiores aportes ocorreram nos anos de 2004, 2008, 2009 e
124 2024 e destacou que em 2025 houve aporte de 5,97 bilhões de m³. Na sequência, o gerente
125 mostrou um comparativo de volumes das bacias entre o dia 01/06/2024 e 01/06/2025, ocasião em
126 que informou que em 2024, a bacia dos Sertões de Crateús finalizou a quadra chuvosa com
127 23,96% de sua capacidade de armazenamento, portanto 93.096.046 m³. Já em 2025, a bacia
128 chegou ao final da estação chuvosa com 20,23% de sua capacidade de armazenamento, ou seja,
129 78.586.249 m³, representando uma diferença de -1,26% ou -14.509.797 m³ no volume
130 armazenado. Júnior destacou ainda que 60 açudes haviam vertido durante a quadra chuvosa de
131 2025 no estado do Ceará, sendo que no dia 10/06/2025 24 açudes ainda permaneciam sangrando,
132 momento em que ressaltou que nos Sertões de Crateús 4 reservatórios sangraram. Ele também
133 apresentou os aportes da Bacia dos Sertões de Crateús no período de 2012 até 01/06/2025,
134 enfatizando que foram anos marcados por escassez hídrica. Em seguida, mostrou um comparativo
135 dos aportes dos açudes monitorados pela Gerência da COGERH de Crateús entre 01/06/2024 e
136 01/06/2025, apontando que, em 2024, o aporte foi de 507,70 hm³, enquanto em 2025 foi de apenas
137 389,07 hm³, resultando numa diferença de -118,63 hm³. Ele ressaltou ainda que dos 389,07 hm³
138 recebidos de aporte na bacia dos Sertões de Crateús em 2025, 277,71 hm³ (71,38%) foram na
139 Barragem do Batalhão e apenas 111,36 hm³ (28,62) foram nos outros 9 (nove) reservatórios da
140 bacia, sendo que como a Barragem do Batalhão tem uma capacidade pequena, a maior parte do
141 aporte recebido na bacia seguiu para o Piauí. Júnior informou também o aporte recebido por cada
142 um dos 10 reservatórios monitorados pela COGERH em 2025 e em 2024, ocasião em que
143 destacou que Carnaubal, Barragem do Batalhão, Realejo e São José III tiveram em 2025 aportes
144 menores que em 2024. Ele informou ainda os volumes dos açudes em 01/06/2024 e 01/06/2025,
145 momento em que enfatizou que apenas Colina, Sucesso e Cupim encerraram a quadra chuvosa de
146 2025 com volume acumulado maior que 2024, enquanto os grandes reservatórios: Barra Velha,
147 Carnaubal, Flor do Campo e Jaburu II terminaram a estação chuvosa de 2025 com volumes
148 menores que em 2024. Júnior destacou também os açudes que sangraram em 2025 na bacia:
149 Barragem do Batalhão, com capacidade de 2.773.772 m³; Açude Sucesso, com 7.126.851 m³;
150 Açude Colina, com 4.297.203 m³ e Açude São José III, com 9.121.758 m³. Por fim, o gerente
151 apresentou os volumes armazenados nos 10 (dez) reservatórios da bacia no dia 10/06/2025,
152 informando os seguintes dados: Barra Velha (Independência): 1.777.572 m³ (1,79%); Carnaubal
153 (Crateús): 14.865.362 m³ (31,89%); Colina (Quiterianópolis): 3.934.828 m³ (91,57%); Cupim



154 (Independência): 2.320.894 m³ (50,41%); Barragem do Batalhão (Crateús): 2.546.915 m³
155 (91,82%); Flor do Campo (Novo Oriente): 10.149.801 m³ (9,43%); Jaburu II (Independência):
156 14.520.786 m³ (19,28%); Realejo (Crateús): 11.088.600 m³ (35,24%); São José III (Ipaporanga):
157 98,03% e Sucesso (Tamboril): 6.945.031 m³ (97,45%). Na sequência, Daniela agradeceu a
158 apresentação de Júnior e convidou Helder Lucena, coordenador do Núcleo de Operação da
159 COGERH/Crateús, para apresentar os cenários para operação 2025.2 dos 10 (dez) açudes
160 monitorados pela COGERH na Bacia dos Sertões de Crateús, momento em que destacou que
161 apenas um teria de fato a alocação negociada de água, visto que devido a situação volumétrica os
162 outros seriam destinados apenas aos usos prioritário: abastecimento humano e dessedentação
163 animal. O coordenador iniciou sua fala abordando o Açude Carnaubal, um dos principais
164 mananciais responsáveis pelo abastecimento da sede do município de Crateús, em conjunto com a
165 Barragem do Batalhão. Destacou que o Carnaubal vinha servindo como uma válvula de escape
166 para aproximadamente 70 mil habitantes, embora já estivesse comprovado que esse reservatório
167 não possuía capacidade suficiente para atender plenamente à demanda da população local.
168 Afirmou que, diante desse contexto, era extremamente importante a construção do Lago de
169 Fronteiras e o funcionamento do Projeto Malha D'Água dos Sertões de Crateús, tanto para
170 Crateús quanto para os demais municípios da região que enfrentavam escassez hídrica. Em
171 seguida, Helder informou que o Plano de Seca do Açude Carnaubal já havia sido aprovado pelo
172 comitê e integrava o Programa Cientista-Chefe, fruto de uma parceria importante do governo do
173 estado com a UFC/FUNCAP. Ressaltou que essa iniciativa aproximava a universidade da
174 sociedade. Destacou ainda que o plano que o plano havia sido construído com a participação da
175 comissão gestora do açude, com o objetivo de identificar as problemáticas relacionadas à seca na
176 região, especialmente no Açude Carnaubal. Ressaltou que o Plano de Seca precisava ser
177 constantemente atualizado, considerando o crescimento populacional, que impactava diretamente
178 na demanda e aumentava a vazão necessária. Foi apresentado um resumo da situação dos
179 reservatórios que compunham o hidrossistema destinado exclusivamente ao abastecimento de
180 Crateús — no caso, o Açude Carnaubal e a Barragem do Batalhão — considerando apenas a
181 demanda para abastecimento humano. Helder explicou que foram realizadas simulações dos
182 reservatórios com base no cenário aprovado no Plano de Seca, atualizando-se, contudo, as vazões
183 para os níveis atualmente necessários. As análises avaliaram o tempo de permanência dos volumes
184 armazenados, as vazões de atendimento e o comportamento futuro dos reservatórios. E os



185 resultados indicaram que tanto o Açude Carnaubal quanto a Barragem do Batalhão estariam
186 próximos de atingir níveis críticos. O Açude Carnaubal encerraria sua operação próximo à faixa
187 de seca severa, o que exigiria a adoção de uma vazão mais restritiva. Já a Barragem do Batalhão
188 chegaria ao final da operação com aproximadamente 500.000 m³, também em condição de seca
189 severa. Diante desse cenário, ficou evidente que, caso a água do Carnaubal e da Barragem fosse
190 utilizada conforme o plano de seca sugerida, ambos os reservatórios estariam praticamente
191 esgotados até 31 de janeiro de 2026, o que representaria um risco elevado para a segurança hídrica
192 de Crateús no ano seguinte. O coordenador observou que, nessas condições, a estratégia da
193 COGERH e da CAGECE seria concentrar o abastecimento de Crateús, durante a operação 2025.2,
194 no uso prioritário do Açude Carnaubal. No entanto, informou que o açude passava por um
195 processo de substituição da adutora, cuja previsão inicial de conclusão era de dois meses, embora
196 a CAGECE ainda não tivesse uma data exata para a finalização da obra. Diante desse contexto,
197 foram realizadas novas simulações de esvaziamento, dessa vez considerando o Açude Carnaubal
198 como fonte principal de abastecimento, exceto nos dois primeiros meses da operação, devido às
199 obras da adutora. As vazões previstas para o Carnaubal ficaram distribuídas da seguinte forma: 98
200 L/s para o abastecimento de Crateús (CAGECE) durante os dois primeiros meses, aumentando
201 para 156 L/s a partir do terceiro mês; 4 L/s destinados ao abastecimento da comunidade de Ingá
202 (SISAR) e 3 L/s para os demais usos da bacia. Considerando essas demandas e o fato de que, no
203 dia 04/06/2025, o reservatório encontrava-se com 15,035 hm³, portanto 32,2% de sua capacidade,
204 a simulação de esvaziamento indicou que, em 31/01/2026, o volume armazenado no Carnaubal
205 seria de 5,177 hm³, ou seja, 11,1% da capacidade total, com uma evaporação estimada de 68,4% e
206 apenas 31,6% de consumo pelos usos da bacia. Na sequência, Helder Lucena apresentou a
207 simulação para a Barragem do Batalhão, considerando uma retirada estimada de 50 L/s nos dois
208 primeiros meses de operação para o abastecimento de Crateús (CAGECE), sendo essa retirada
209 reduzida a zero para esse uso a partir do terceiro mês, mantendo-se apenas 5 L/s destinados aos
210 demais usos na bacia ao longo de toda a operação. Considerando essas demandas e o volume
211 registrado no reservatório no dia 04/06/2025 — 2,598 hm³ —, a simulação indicou que, em
212 31/01/2026, a barragem atingiria um volume de 0,801 hm³, o que representava 28,9% de sua
213 capacidade total, com uma evaporação estimada de 94% e apenas 6% de consumo pelos usos da
214 bacia. Helder chamou a atenção para a situação de Crateús, alertando que, caso não houvesse
215 aporte nos reservatórios em 2026, o abastecimento da cidade se tornaria uma grande preocupação,



216 com o Açude Carnaubal chegando ao final de janeiro com apenas 5 milhões de m³ e a Barragem
217 do Batalhão com cerca de 800 mil m³. Na sequência, foi abordado o Açude Flor do Campo,
218 localizado no município de Novo Oriente, responsável pelo abastecimento da sede municipal. O
219 coordenador apresentou a simulação de esvaziamento do Açude Flor do Campo, ocasião em que
220 informou que o reservatório possuía uma demanda a montante de 45 L/s para o abastecimento de
221 Novo Oriente (CAGECE), 6 L/s para o abastecimento das comunidades do entorno e 4 L/s
222 destinados aos demais usos, totalizando uma vazão de 55 L/s. Considerando que, em 04/06/2025,
223 o reservatório encontrava-se com 10,270 hm³ — o equivalente a 9,5% de sua capacidade total —,
224 a simulação de esvaziamento indicou que, até o dia 31/01/2026, o volume armazenado chegaria a
225 2,882 hm³, ou seja, apenas 2,7% da capacidade, com uma evaporação estimada de 84,4% e apenas
226 15,6% de consumo pelos usos da bacia. Helder comentou que a situação do Açude Flor do Campo
227 era preocupante, pois encerraria a operação 2025.2 com apenas 2,7% de sua capacidade, e, caso
228 não ocorresse uma recarga significativa em 2026, o reservatório enfrentaria uma situação crítica.
229 Em seguida, ele apresentou os dados referentes aos três reservatórios responsáveis pelo
230 abastecimento da sede municipal de Independência (Sistema Independência), iniciando pelo
231 Açude Barra Velha. Destacou que esse reservatório se encontrava em situação crítica, com volume
232 abaixo do nível da tomada d'água e, mesmo com menos de 2% de armazenamento, continuava
233 sendo utilizado pela CAGECE para o abastecimento de Independência. O coordenador apresentou
234 a simulação de esvaziamento do Açude Barra Velha, ocasião em que informou que o reservatório
235 possuía uma demanda a montante de 30 L/s para o abastecimento da sede municipal (CAGECE) e
236 2 L/s para demais usos, totalizando uma vazão de 32 L/s. Ressaltou ainda que, segundo a
237 CAGECE, a retirada de 30 L/s ocorreria em dias alternados — em um dia a captação seria feita do
238 Barra Velha e, no seguinte, do Jaburu II. Considerando esse contexto e o volume registrado no dia
239 04/06/2025, quando o reservatório apresentava 1,847 hm³ (equivalente a 1,8% de sua capacidade),
240 a simulação de esvaziamento indicou que o açude chegaria ao dia 30/11/2025 com apenas 105
241 hm³, o que correspondia a 0,1% de sua capacidade total, com uma evaporação estimada de 84,5%
242 e apenas 15,5% de consumo pelos usos da bacia. O coordenador informou que, a partir de
243 30/11/2025, conforme previsto pela CAGECE, o abastecimento de Independência passaria a ser
244 realizado a partir dos Açudes Jaburu II e Cupim. O segundo reservatório apresentado foi o Açude
245 Jaburu II, que, em 04/06/2025, acumulava 14,791 hm³, correspondendo a 19,6% de sua
246 capacidade total. Considerando a retirada de 25 L/s para o abastecimento humano da sede



247 municipal em dias alternados até 30/11/2025 — e, após essa data, a retirada diária dos mesmos 25
248 L/s, além de 5 L/s para usos difusos na bacia —, a simulação de esvaziamento indicou que o
249 reservatório chegaria ao dia 31/01/2026 com 4,813 hm³, ou seja, 6,4% de sua capacidade, o que
250 ainda permitia alguma margem de segurança hídrica para Independência. Durante esse período, a
251 evaporação foi estimada em 84,5%, enquanto apenas 15,5% correspondiam ao consumo pelos
252 usos da bacia. O terceiro reservatório abordado foi o Açude Cupim, também integrante do sistema
253 de abastecimento de Independência. De acordo com Helder, esse manancial apresentou uma
254 recarga significativa no ano de 2025, atingindo 51,2% de sua capacidade. A simulação de
255 esvaziamento do Açude Cupim — que possuía uma demanda a montante de 8 L/s para o
256 abastecimento da sede (CAGECE) e 2 L/s para demais usos, totalizando 10 L/s — considerou o
257 volume registrado em 04/06/2025, quando o reservatório apresentava 2,355 hm³ (51,2% de sua
258 capacidade). A simulação indicou que o volume do reservatório chegaria a 693 hm³ em
259 31/01/2026, correspondendo a 15,0% da capacidade total, com uma evaporação estimada de
260 87,4% e apenas 12,6% de consumo pelos usos da bacia. Logo depois, o coordenador do Núcleo de
261 Operação da COGERH apresentou a simulação de esvaziamento do açude Colina, momento em
262 que comentou que o reservatório gerou preocupações devido ao baixo volume armazenado no
263 início de 2025, mas verteu durante a quadra chuvosa e a condição mudou. Helder informou que o
264 reservatório possuía uma demanda a montante de 16 L/s para o abastecimento de Quiterianópolis
265 (CAGECE) e 4 L/s para demais usos, totalizando 20 L/s. Considerando que, no dia 04/06/2025, o
266 Açude Colina estava com 3,984 hm³ — ou seja, 92,7% de sua capacidade —, a simulação de
267 esvaziamento indicou que o reservatório chegaria ao dia 30/11/2025 com 1,589 hm³,
268 correspondente a 36,9% da capacidade total, com uma evaporação estimada de 82,5% e apenas
269 17,5% de consumo pelos usos da bacia. Em seguida, ele apresentou a simulação de esvaziamento
270 do Açude Sucesso, ocasião em que destacou que o reservatório encontrava-se praticamente cheio.
271 Informou que havia uma demanda a montante de 10 L/s para o abastecimento do Distrito de
272 Sucesso (CAGECE) e 2 L/s para demais usos, totalizando 12 L/s. Considerando que, no dia
273 04/06/2025, o Açude Sucesso estava com 6,990 hm³ — o equivalente a 98,1% de sua capacidade
274 —, a simulação de esvaziamento indicou que o volume do reservatório, até o dia 31/01/2026, seria
275 reduzido para 3.153 hm³, o que representava 44,2% de sua capacidade total, com uma evaporação
276 estimada de 92,4% e apenas 7,6% de consumo pelos usos da bacia. Na sequência, o coordenador
277 apresentou a simulação de esvaziamento do Açude São José III, localizado no município de



278 Ipaporanga/CE. Na ocasião, informou que o reservatório possuía uma demanda a montante de 19
279 L/s para o abastecimento da sede de Ipaporanga (SISAR) e 2 L/s para demais usos, totalizando 21
280 L/s. Considerando que, no dia 04/06/2025, o reservatório encontrava-se com 9,01 hm³ — o
281 equivalente a 98,7% de sua capacidade total —, a simulação de esvaziamento indicou que, até o
282 dia 31/01/2026, o volume armazenado chegaria a 4,784 hm³, correspondente a 52,4% da
283 capacidade, com uma evaporação estimada de 89,6% e apenas 10,4% de consumo pelos usos da
284 bacia. Após a apresentação das simulações de esvaziamento, os membros do CBHSC aprovaram
285 os cenários e vazões apresentados para serem utilizados na operação 2025.2, abrangendo os nove
286 reservatórios analisados. Depois, Helder passou a tratar sobre o Açude Realejo, salientando que
287 seria o único reservatório em que, de fato, seria realizada uma alocação negociada. O coordenador
288 esclareceu que esse reservatório não era responsável pelo abastecimento humano de nenhum
289 centro urbano ou rural, sendo um reservatório do DNOCS destinado à irrigação, aos usos difusos
290 na bacia e à pesca artesanal. Ele informou que o CBHSC havia recebido, mais uma vez,
291 solicitação dos irrigantes para utilizar a água do açude durante a operação 2025.2, e que a
292 COGERH preparou as simulações de esvaziamento para serem analisadas pelo Comitê. Informou
293 também que, no dia 04/06/2025, o açude encontrava-se com 11,17 hm³ (35,5% de sua
294 capacidade), a 5,27 metros da cota de vertimento. A demanda apresentada baseava-se na
295 solicitação dos irrigantes ao CBHSC, voltada ao uso em três pivôs: Mucambo, São Gonçalo e
296 Curralinho — sendo os dois primeiros abastecidos por uma adutora instalada na saída de água do
297 reservatório, enquanto o terceiro realizava a captação diretamente na bacia do açude. O pivô
298 Mucambo possuía uma área de 50 hectares, cuja pretensão era cultivar melancia, com uma
299 segunda colheita prevista para 12 hectares de milho verde e 8 hectares de abóbora. O pivô São
300 Gonçalo planejava plantar 50 hectares de feijão. Já o pivô Curralinho pretendia cultivar 75
301 hectares de milho, totalizando, assim, uma área cultivada de 195 hectares. Helder detalhou as
302 demandas hídricas de cada cultura e apresentou as vazões planejadas mês a mês até o final da
303 operação, considerando as exigências específicas de cada cultura em seus diferentes estágios de
304 desenvolvimento. Foram apresentados dois cenários: um com o uso dos pivôs e outro sem. No
305 cenário sem os pivôs, a demanda do reservatório foi de apenas 10 L/s para usos difusos na bacia.
306 Considerando esse cenário e o volume do açude, a simulação indicou que o mesmo chegaria ao
307 dia 31/01/2026 com 6,297 hm³ (20% de sua capacidade), estimando-se uma perda por evaporação
308 de 95,7%. No cenário com o uso dos três pivôs, a simulação mostrou que o açude chegaria ao dia



309 31/01/2026 com 4,597 hm³ (14,6% da capacidade), com uma evaporação estimada de 68,8%.
310 Helder também apresentou o histórico de alocação do Açude Realejo entre os anos de 2020 e
311 2024, com as simulações de volume inicial, projeções e os volumes alcançados/realizados. Na
312 ocasião, destacou que, nos cinco anos analisados, o reservatório sempre chegou ao final da
313 operação com um volume maior do que o projetado. Danilo Melo, membro do CBHSC e
314 representante da SEMA, questionou a Associação de Pescadores do Realejo sobre a atividade
315 pesqueira em 2021 — ano cuja operação do reservatório mais se aproximava do que seria a
316 operação de 2025.2, caso fosse aprovado o uso da água pelos pivôs. Cleidiane, representante da
317 Associação de Pescadoras e Pescadores do Açude Realejo (APPAR), afirmou que a pesca era uma
318 atividade muito complexa e de resultado bastante relativo, sendo difícil responder objetivamente à
319 pergunta. Acrescentou que, atualmente, a pesca não estava satisfatória, apesar da presença de água
320 e de peixes no reservatório, pois estes estariam “escondidos”. Ela relatou que os pescadores
321 avistavam cardumes de tilápia, mas, ao retirarem os galões da água, não conseguiam capturar
322 quase nada. Segundo ela, essa situação estaria relacionada à presença de tucunarés no açude —
323 um peixe predador e espécie invasora —, o que poderia estar afetando significativamente a pesca
324 local. Danilo Melo reforçou que havia participado de todas as visitas técnicas aos pivôs e levantou
325 a preocupação com o uso de agrotóxicos, bem como com as mudanças de cultura realizadas sem
326 comunicação prévia ao Comitê. Ressaltou que, caso o cenário com o uso dos pivôs fosse
327 aprovado, os irrigantes deveriam cumprir rigorosamente o que fosse acordado, evitando alterações
328 nas culturas previamente planejadas e adotando cuidados quanto ao uso de agrotóxicos. Danilo
329 alertou ainda que, por dois anos consecutivos, os irrigantes solicitaram uma coisa e executaram
330 outra, sem qualquer anuência do Comitê, o que gerou desconfiança e comprometeu o processo de
331 alocação negociada. Alexandre Martins, membro do CBHSC representando a Prefeitura de
332 Ararendá, fez a observação de que, em 2021, apenas dois pivôs estavam em funcionamento,
333 irrigando uma área total de 100 hectares. Destacou que, para 2025, o pedido envolvia três pivôs,
334 totalizando 195 hectares irrigados, ou seja, uma demanda quase duas vezes maior que a registrada
335 anteriormente. Logo após, Manoel Furtado relatou que as situações de 2021 e 2025 eram bastante
336 diferentes em relação à qualidade da irrigação, uma vez que, ao longo dos anos, houve melhorias
337 nos sistemas de irrigação, com o objetivo de reduzir o consumo de água. A presidente do Comitê
338 reforçou a importância do controle no uso de defensivos agrícolas, bem como da transparência e
339 da comunicação prévia ao colegiado em caso de necessidade de alterações nas culturas ao longo



340 da operação. Destacou que tais solicitações se baseavam no fato de que o Açude Realejo não era
341 utilizado para o abastecimento humano, o qual era realizado pelo SISAR, por meio de poços
342 profundos. Salientou, ainda, que haviam dois cenários possíveis e que caberia ao Comitê decidir
343 como seria o uso do Açude Realejo na operação 2025.2. Isael Campos, membro do CBHSC e
344 representante da CAGECE, lembrou as discussões ocorridas em reuniões anteriores do Comitê,
345 relacionadas à qualidade da água dos poços que abasteciam a região, e mencionou a possibilidade
346 de o SISAR vir a utilizar a água do reservatório para abastecimento da comunidade. Lourenço
347 Torres, vice-presidente do CBHSC, pontuou que o açude possuía importância tanto para os
348 pescadores quanto para os produtores de sementes da região, e considerou que o mais adequado
349 seria o SISAR buscar outras fontes de abastecimento para o Distrito de Realejo ou,
350 alternativamente, estratégias de melhoria dos sistemas atualmente existentes. Cleidiane lembrou
351 que já havia alertado sobre os riscos relacionados à qualidade da água dos poços do Distrito
352 Realejo, mencionando a potencial contaminação e o risco de desenvolvimento de doenças pela
353 população que consumia essa água. Reforçou, assim, a necessidade de cautela na definição dos
354 usos do açude. Quanto à situação dos peixes, informou que a Associação estava preocupada não
355 apenas com o estado atual da fauna aquática, mas também com a forma como o peixamento vinha
356 sendo realizado no açude, uma vez que, ultimamente, vinha ocorrendo apenas com a espécie
357 tilápia. Ressaltou que os pescadores necessitavam de peixamentos com espécies nativas,
358 fundamentais para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade da pesca artesanal local. Após a
359 discussão, a plenária encaminhou que o Comitê deveria oficializar os órgãos estaduais,
360 informando que peixes predadores estavam sendo identificados no Açude Realejo e solicitando
361 que, nos próximos peixamentos, além da tilápia, fossem obrigatoriamente incluídas espécies
362 nativas. Em seguida, a presidente do CBHSC lembrou que, em reuniões anteriores, alguns
363 membros do Comitê haviam solicitado que a votação sobre temas sensíveis fosse realizada por
364 cédula fechada, a fim de evitar constrangimentos entre os votantes. Diante disso, a definição da
365 operação 2025.2 para o Açude Realejo ocorreu por meio de voto secreto, com o seguinte
366 resultado: 13 votos favoráveis ao uso da água pelos pivôs, 3 votos contrários e 3 instituições que
367 não participaram da votação por terem se ausentado antes de sua realização. Com isso, foi
368 aprovado o cenário com a liberação de água para os pivôs. Logo após, Nayara Carvalho destacou
369 a necessidade de se criar uma comissão de acompanhamento para monitorar o cumprimento dos
370 condicionantes estabelecidos para os irrigantes, especialmente no que se referia ao uso correto das



371 culturas planejadas e ao volume de água autorizado. A comissão foi, então, formada, ficando com
372 a seguinte composição: Danilo Melo, da SEMA; Cleidiane Lima, da APPAR; Teobaldo Marques,
373 da ASSUSA do Carnaubal; Francisca Maria, da Cáritas Diocesana; Galvão, indicado por
374 Lourenço para representar a EMATERCE; além dos quatro diretores do colegiado: Daniela,
375 Lourenço, Willamy e Cícero Lacerda. A analista informou que a primeira visita da comissão à área
376 irrigada seria agendada após o início efetivo do uso da água pelos pivôs, como parte do processo
377 de fiscalização e controle acordado durante a reunião. Dando continuidade à pauta, foi iniciada a
378 discussão sobre a situação da mineradora localizada no município de Quiterianópolis-CE. A
379 presidente do Comitê convidou a Sra. Daniela Godoy, representante da SEMACE, para prestar
380 esclarecimentos. A presidente lembrou que, no dia 17 de fevereiro, o comitê encaminhou ofício à
381 SEMACE solicitando informações sobre a retomada das atividades da empresa Globest
382 Mineração, incluindo questionamento sobre a existência de licença ambiental válida para
383 operação, as medidas adotadas para mitigar os impactos ambientais decorrentes da extração e
384 beneficiamento de ferro na área, bem como as ações de recuperação ambiental já implementadas
385 no local, além de ter solicitado a presença de um técnico para prestar esses esclarecimentos do
386 CBHSC e em atendimento ao pedido do Comitê Daniela Godoi estava participando da reunião.
387 Em sua fala, Daniela Godoy explicou que a empresa Globest já vem sendo licenciada há algum
388 tempo e atualmente possui licença válida emitida pela SEMACE para extração mineral, que é de
389 competência estadual. No entanto, esclareceu que o beneficiamento do minério não está sob
390 competência da SEMACE, sendo este um processo de responsabilidade do município, conforme
391 estabelece a Lei Complementar nº 140/2011. Ela ressaltou a ausência de representantes da
392 Prefeitura de Quiterianópolis na reunião, principalmente do setor ambiental, que seria o
393 responsável pelo licenciamento do beneficiamento – atividade que gera maior emissão de poeira
394 na localidade. A licença vigente na SEMACE refere-se unicamente à retirada do minério bruto,
395 que posteriormente é encaminhado para a planta de beneficiamento. Daniela Godoy também
396 informou que, diante de reclamações da comunidade do entorno, a SEMACE exigiu da empresa a
397 adoção de diversas medidas mitigadoras: Telamento das áreas operacionais para contenção de
398 poeira não afetam tanto a comunidade de Besouro; Implantação de cortina vegetal ao redor da
399 comunidade Besouro também para tentar impedir que a poeira chega a comunidade, embora o
400 efeito pleno da medida dependa do crescimento das mudas, portanto, requer um tempo e
401 construção de quatro chicanas (estruturas em “S”) nas proximidades do rio Poti, para retenção de



402 sedimentos e redução do carreamento de material argiloso, silte e areia. Além disso, foi solicitado
403 à empresa a elaboração de um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), incluindo o
404 replantio das áreas já impactadas, acrescentando que a empresa vem fazendo a apresentação desse
405 plano de recuperação e que a SEMACE realiza o acompanhamento contínuo do cumprimento dos
406 condicionantes ambientais, acionando a Diretoria de Fiscalização quando há descumprimentos.
407 Ao ser questionada pela presidente sobre a vigência da licença, Daniela Godoy informou que o
408 período é de 2022 a 2026. Daniela Cavalcante, presidente do CBHSC, recordou que o colegiado
409 teve acesso a um documento que tratava do embargo das atividades da Globest. Daniela Godoy
410 confirmou que houve uma suspensão temporária da licença, decorrente do não cumprimento de
411 condicionantes e após a empresa fazer a apresentação do relatório de regularização/cumprimento
412 dessas condicionantes, a licença foi revalidada. Lourenço Torres, vice-presidente do CBHSC,
413 indagou se para o beneficiamento a licença e alvará seriam de responsabilidade da Prefeitura de
414 Quiterianópolis. A técnica da SEMACE respondeu que sim, e acrescentou que, para a emissão da
415 licença pela SEMACE para retirada do minério, também houve uma anuência prévia da
416 Prefeitura. Willamy Melo, secretário do CBHSC, questionou qual tinha sido o nível de
417 acompanhamento da SEMACE após a emissão da licença. Daniela Godoy respondeu que a
418 SEMACE realizava vistorias regulares e elaborava relatórios técnicos baseados nas ações da
419 empresa. Em 2025, já haviam sido realizadas inspeções para verificar o cumprimento dos
420 condicionantes. Lourenço Torres destacou a importância de levar os impactos ambientais ao
421 conhecimento dos órgãos públicos de Quiterianópolis, para que medidas pudessem ser tomadas.
422 Teobaldo Marques, membro do CBHSC representando a ASSUSA do Açude Carnaubal, ressaltou
423 que há anos se discutia a liberação da licença, que a prefeitura já havia autorizado o
424 funcionamento da empresa mesmo após negativas anteriores do Estado e, na sua opinião, se
425 dependesse do município, a atividade de mineração naquela área jamais seria proibida. Ele citou
426 estudos e pesquisas que foram realizados e comprovaram o impacto dessas atividades na
427 comunidade localizada no entorno da mina. Destacou sua participação numa reunião em Novo
428 Oriente, onde a Secretaria de Saúde daquele município apresentou dados que confirmaram o
429 impacto da mineração em Quiterianópolis na saúde da população de Novo Oriente, ressaltando
430 que o açude Flor do Campo já havia sido impactado pelas atividades de mineração em
431 Quiterianópolis e que, quando houvesse um bom inverno e ele vertesse, essa poluição seguiria
432 para Crateús e, daí, desceria rumo ao Piauí. Teobaldo mencionou que a Prefeitura de



433 Quiterianópolis não demonstrava interesse em parar a atividade de mineração e que, diante disso,
434 era necessário levar a situação ao conhecimento do poder público estadual. Nesse momento,
435 afirmou que, como conselheiro do Conselho Estadual de Meio Ambiente, assento que ocupava
436 representando a Associação dos Engenheiros Agrônomos, levaria a situação ao conhecimento do
437 COEMA. Francisca Maria fez um alerta: os danos ambientais causados pelas atividades da
438 empresa eram frequentemente esquecidos quando uma nova licença era emitida, o que perpetuava
439 os impactos. Frisou que poderia até haver a recuperação da área degradada, do solo, mas a saúde
440 das pessoas, os quintais produtivos danificados, a vida das pessoas não se recuperava e ficava
441 esquecida quando se concedia nova licença. Willamy colocou que recentemente havia conversado
442 com moradores do entorno da mineradora e que o relato deles indicava que as problemáticas
443 continuavam, então a constatação era de que, mesmo com a realização das medidas relatadas pela
444 SEMACE, os impactos permaneciam os mesmos, e que deveria ser avaliado até que ponto essas
445 medidas mitigadoras estavam sendo eficazes. Relatou ainda que estava sendo feito um tratamento
446 específico na água do açude Flor do Campo para tentar eliminar ou diminuir a quantidade desses
447 materiais na água que chegava às casas dos novo-orientenses. Ele destacou também que esse
448 material estava se acumulando no açude Flor do Campo e, além da água, estava impactando
449 também os peixes, informando que já havia sido feita uma análise dos peixes do manancial, mas
450 ainda não havia resultado. No entanto, os pescadores enfrentavam dificuldade para comercializar
451 o pescado oriundo daquele reservatório, pois as pessoas tinham receio de consumir o peixe do
452 Flor do Campo, o que estava afetando a renda dos pescadores locais. Enoch alertou ainda sobre os
453 riscos à saúde pública. Israel, da CAGECE, reforçou que a situação era preocupante para a
454 companhia, que vinha conseguindo manter os parâmetros da água tratada dentro das exigências
455 legais. Sugeriu que a SEMACE intensifique a fiscalização e envolva outros órgãos, pois como
456 relato pelos membros do CBHSC a situação da mineração traz impactos também na saúde,
457 portanto é uma questão da saúde pública. E perguntou se as chicanas implementadas pela empresa
458 de mineração servem apenas para reduzir a velocidade da água ou se havia sedimentação nas
459 mesmas. Daniela Godoy respondeu que havia sedimentação nas chicanas, sendo que o material
460 depois era recolhido e depositado na área de recuperação. Ela explicou que, no início do processo
461 de licenciamento, a empresa utilizava apenas diques de contenção, que se mostraram ineficazes.
462 Por isso, a SEMACE exigiu a adoção das chicanas, que têm apresentado bons resultados
463 conforme os relatórios trimestrais enviados. Acrescentando que se for detectada alguma falha, a



464 SEMACE encaminha a situação à Diretoria de Fiscalização. Rodrigues Júnior, gerente regional da
465 COGERH em Crateús, acrescentou que a empresa faz extração de ferro a umidade zero, após o
466 beneficiamento, gera um material que ainda possui percentual de ferro, sendo considerado rejeito,
467 que durante a quadra chuvosa pode ser carregado. Daniela Godoy explicou que a empresa informou
468 que rejeito tem um valor comercial limitado e que ela não tem encontrado investidores
469 interessados nesse tipo de minério com menor teor de ferro. Ela destacou que a questão do rejeito,
470 como é resultado do beneficiamento é de responsabilidade da licença municipal, mas A SEMACE,
471 vendo a situação e o rico ambiental em que se encontrava o rejeito, solicitou: A realocação do
472 pátio de estoque para local mais distante do rio Poti; A retirada de uma pilha de rejeito localizada
473 na parte externa da empresa; A recuperação da área degradada, com previsão de plantio de
474 vegetação para conter o carregamento de material pelo solo exposto e as chicanas, além do
475 telamento próximo a comunidade, da orientação que as cargas sejam transportadas cobertas e que
476 quando os caminhões passem próximos a comunidade reduzam a velocidade e a construção de
477 uma cortina verde no entono da área em mineração. Enoch relatou que o Conselho Municipal de
478 Meio Ambiente de Novo Oriente solicitou autorização para realizar uma visita a área de
479 mineração, mas até agora a empresa não autorizou. Juvenal Honorato, membro do CBHSC
480 representando a AAPINO, destacou a importância do açude Flor do Campo para Novo Oriente,
481 relatou que há muitos anos não se utilizava mais a água do açude para beber por causa desses
482 rejeitos, ressaltou que a situação era preocupante e finalizou afirmando que o tempo vai dizer um
483 quão grave foi a liberação da licença de funcionamento dessa mineradora. A presidente do
484 CBHSC destacou que existem vários grupos, movimentos, em especial o MAM, que vem se
485 mobilizando no sentido de mostrar que houve liberação para funcionamento dessa mineradora,
486 mas ela está causando graves danos ao meio ambiente e a saúde da população, então não é por
487 falta de conhecimento dos impactos dessa mineradora que ela continua funcionando. Ela destacou
488 que a SEMACE liberou porque foi cumprido um checklist e que a empresa está enviando
489 relatórios que afirmam que os condicionantes impostos pela SEMACE estão sendo realizados,
490 mas os impactos dessa atividade é visível e é necessário que haja fiscalização rigorosa para
491 confirmar se de fato os condicionantes estão sendo cumpridos. Daniela Cavalcante relatou ainda
492 que se surpreendeu com a informação de que a SEMACE não era responsável pela licença para
493 beneficiamento, que essa responsabilidade era do município, o que trouxe grande preocupação,
494 pois os municípios as vezes focam apenas em questões financeiras imediatas. Alexandre Martins



495 colocou que a SEMACE tem um corpo técnico reduzido e em seguida destacou que a Prefeitura
496 de Quiterianópolis emitiu anuência para funcionamento da mineradora, mas são necessárias duas
497 audiências públicas para que seja antes de seja liberada a licença. Mas, Daniela Godoy explicou
498 que a audiência é para apresentação de EIA-RIMA, no entanto a Globest não passou por esse rito,
499 pois a empresa já funcionava e, pois, isso foi necessária apenas auditoria ambiental. A presidente
500 do Comitê perguntou o motivo da Globest não ter passado por esse rito. A técnica da SEMACE
501 respondeu que foi devido o porte e o tempo de funcionamento da Globest, pois sua primeira
502 licença era bem antiga, datando de 2007 e talvez ela tenha iniciando ainda como pesquisa, iniciou
503 de forma pequena, tanto que teve mudança na sua planta de beneficiamento várias vezes. E
504 acrescentou que mesmo hoje não sendo atribuição da SEMACE a superintendência ainda se
505 preocupa com o beneficiamento, pois sabe que é essa fase que causa os maiores impactos,
506 continua preocupada com o rio Poti e por isso trabalha com as medidas mitigadoras. Danilo Melo
507 agradeceu a participação de Daniela Godoy e por ter esclarecido as questões envolvendo a
508 mineração em Quiterianópolis. Daniela Cavalcante solicitou a Daniela Godoy que orientasse o
509 Comitê sobre ações e encaminhamentos que o colegiado poderia tomar em relação a problemática
510 da mineração em Quiterianópolis. A técnica da SEMACE destacou que os impactos são inerentes
511 às atividades de mineração e que a atuação da Superintendência visa minimizar tais efeitos,
512 garantindo a proteção do meio ambiente e da população. Ressaltou, ainda, que a SEMACE não
513 dispõe de condições para manter fiscalização no local de forma permanente, motivo pelo qual a
514 colaboração da comunidade se torna essencial. Assim, recomenda-se que, caso seja observado o
515 trânsito de caminhões sem a lona de cobertura, o que constitui uma condicionante, ou situações
516 como o carreamento de material para o rio Poti, essas ocorrências sejam comunicadas
517 imediatamente à SEMACE. Lourenço destacou que manteria contato com o deputado Missias e
518 solicitaria o agendamento de uma audiência pública para tratar da situação. Willamy sugeriu que
519 fosse criada uma comissão para sensibilizar o poder público municipal de Quiterianópolis sobre os
520 impactos da mineradora e a plenária acatou, ficando a mesma composta por: Enoch, da Prefeitura
521 de Novo Oriente, Juvenal, da AAPINO, Teobaldo, da ASSUSA e a diretoria do CBHSC. Em
522 seguida, Daniela Cavalcante falou sobre a situação do lançamento de esgoto no açude Colina,
523 informando que o Comitê solicitou, via ofício, um momento com o poder público municipal para
524 tratar do assunto, mas ainda não obteve resposta. Danilo Melo, destacou que Janaína Leitinho,
525 professora da UFC, tem um estudo que trata da contaminação dos peixes do rio Poti, inclusive



526 com parte do estudo tendo sido realizada no Parque Estadual Cânion Cearense do Rio Poti e
527 sugeriu que ela fosse convidada a apresentar os resultados desse estudo na próxima reunião do
528 colegiado e a plenária acatou a sugestão. Na sequência a presidente agradeceu a participação de
529 Daniela Godoy e todos os esclarecimentos prestados por ela ao Comitê. Logo após, Willamy
530 apresentou os informes das atividades realizadas pelo CBHSC desde a última reunião do
531 colegiado: Participação do CBHSC na 2ª reunião ordinária do FCCBH nos dias 06 e 07/05, em
532 Fortaleza; Participação do CBHSC no Encontro do Sistema de Recursos Hídricos com o CSBH
533 Banabuiú, no dia 09/05; Realização da 5ª reunião da diretoria do CBHSC, no dia 13/05;
534 Realização da 10ª Reunião Ordinária da CT de Meio Ambiente do CBHSC, dia 14/05, em
535 Crateús; Participação do CBHSC na 3ª reunião ordinária do Fórum Nacional de Comitês de
536 Bacias Hidrográficas, em Campo Grande, no dia 29 e 30 de maio; Realização de atividades
537 alusiva a Semana do Meio Ambiente na bacia dos Sertões de Crateús (Ação de limpeza nas
538 margens do açude da Prefeitura, em Independência e Palestra sobre o usos racional e combate à
539 poluição dos corpos hídricos, na escola profissionalizante de Independência, ambos no dia 05 de
540 junho e realização da campanha em alusão a semana do meio ambiente nas redes sociais do
541 CBHSC) e Realização da 6ª reunião da diretoria do CBHSC. Na sequência, Teobaldo Marques fez
542 uma fala em agradecimento ao CBHSC e aos outros 10 comitês de bacia do Ceará que o elegeram
543 como coordenador do Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas. Para finalizar, a
544 presidente do CBHSC lembrou que a Associação de Pescadores e Pescadoras de Tamboril
545 solicitou, em reunião da plenária do Comitê dos Sertões de Crateús e também via ofício, um
546 pedido de providência em relação a “privatização” do açude Timbaúba dos Peres (a comunidade
547 local proibiu que os pescadores artesanais de Tamboril pescassem no reservatório). Diante disso,
548 ela informou que o comitê tentou mediar o conflito promovendo um diálogo entre as partes.
549 Daniela explicou que a equipe da COGERH visitou, em momentos diferentes, representantes da
550 Associação de Pescadores e também da Associação da comunidade do entorno do açude, para
551 colher informações sobre o conflito e posição de cada grupo e depois foi realizada uma reunião do
552 CBHSC e da COGERH com os pescadores de Tamboril e com a Associação de Novo Capivara,
553 comunidade do entorno, para tentar um acordo entre as partes. A presidente informou que como
554 encaminhamento dessa reunião foi criada uma comissão composta por 5 pessoas da Associação de
555 Pescadores e 5 pessoas da Associação de Nova Capivara para negociarem e formalizarem um
556 acordo, elaborando um documento com as diretrizes de acesso ao açude, ficando acertado que a



557 reunião dessa comissão seria realizada em maio, mas isso não aconteceu, pois a associação de
558 Nova Capivara declinou da roda de negociação e decidiu não aceitar a proposta de ter a pesca
559 artesanal no açude Timbaúba, informando tal decisão ao CBHSC por meio de ofício. Depois,
560 Daniela fez a leitura do ofício enviado pela Associação de Nova Capivara e destacou que o
561 reservatório está localizado em propriedade privada, tem a Associação como responsável legal
562 pelo reservatório e com o declínio da mesma da mesa de negociação o CBHSC não teria mais
563 como agir, restando aos pescadores de Tamboril, se assim acharem por bem, procurar vias
564 judiciais. Após o relato, a presidente do CBHSC agradeceu a presença de todos e encerrou a
565 reunião. Durante a 22ª reunião extraordinária do CBHSC foram realizadas as seguintes
566 deliberações e encaminhamentos: 1) Aprovado cenário de abastecimento humano para operação
567 2025.2 dos 9 reservatórios: Carnaubal, Barragem do Batalhão, Flor do Campo, Barra Velha,
568 Jaburu II, Cupim, Colina, São José III e Sucesso e realizada alocação com uso dos pivôs no açude
569 Realejo; 2) Formada a Comissão de Acompanhamento da Operação 2025.2 do açude Realejo,
570 ficando composto por: Danilo, da SEMA; Cleidiane, da APPAR; Francisca Maria, Caritas
571 Diocesana; Galvão, da EMATERCE e Teobaldo Marques, da ASSUSA; 3) Oficializar os órgãos
572 competentes sobre a chegada de peixes predadores no açude Realejo e solicitar que no peixamento
573 do reservatório sejam inseridas espécies nativas; 4) Formada a comissão para acompanhamento
574 da situação de mineração e para tentativa de diálogo com o poder público municipal de
575 Quiterianópolis acerca dos impactos da mineradora Globest, ficando formada com os membros:
576 Enoch, Prefeitura de Novo Oriente, Juvenal, AAPINO e a diretoria do comitê; 5) Convidar
577 Janaína Leitinho, professora da UFC, para apresentar na próxima reunião do colegiado o estudo
578 sobre a contaminação dos peixes do rio Poti e 6) Solicitar ao SISAR estudo de viabilidade técnica
579 de outras fontes de água para abastecer o Distrito de Realejo. Sem mais nada a tratar, foi lavrada
580 por mim, Willamy Melo Gonçalves, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE NOVO ORIENTE – AAPINO

TITULAR	Juvenal Honorato de Araújo	.
SUPLENTE	Raimundo Reginaldo Paulino	



ASSOCIAÇÃO CAATINGA

TITULAR	Gilson Miranda do Nascimento	
SUPLENTE	Carlito Lima Rodrigues	.

ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE CRATEÚS – APICRAT

TITULAR	Daniela da Silva Cavalcante	.
SUPLENTE	Wanderley Marques de Sousa	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE CRATEÚS/CE

TITULAR	Luiz Edivá Vieira da Silva	.
SUPLENTE	Francisco Gean Gomes Soares	

CÁRITAS DIOCESANA DE CRATEÚS

TITULAR	Leonardo Vieira Machado	
SUPLENTE	Francisca Maria Lopes do Nascimento	.

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	Liara Zulmira Camelo Martins	.
SUPLENTE	Antônio Luiz Soares Rodrigues	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DE IPAPORANGA/CE

TITULAR	Willamy de Melo Gonçalves	.
SUPLENTE	Francisca Maria Sousa Carvalho	

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE QUITERIANÓPOLIS

TITULAR	Mislene Gomes Lima	
SUPLENTE	Maria Avimaté Araújo de Moura	



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

TITULAR	Alan Michell Barros Alexandre	.
SUPLENTE	Luana Viana Costa e Silva	

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA VERMELHA E REGIÃO

TITULAR	Manoel Lacerda Loiola	
SUPLENTE	Antônio Eric da Silva Pinto	

ASSOCIAÇÃO RAÍZES INDÍGENAS DOS POTYGUARA EM CRATEÚS – ARINPOC

TITULAR	Maria Gerlene Araújo da Silva	
SUPLENTE	Wanks Cavalcante da Silva	

ASSOCIAÇÃO DOS OVINOCAPRINOCULTORES E AGRICULTORES DA REGIÃO DO DISTRITO DE IRAPUÁ – ASSOCRI

TITULAR	José Lourenço Martins Torres	.
SUPLENTE	Alberi Gomes Ribeiro	

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE ÁGUA DO AÇUDE CARNAUBAL – ASSUSA

TITULAR	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	.
SUPLENTE	Francisco Barbosa Farias	

ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E DOS PESCADORES ARTESANAIS DE TAMBORIL

TITULAR	Cicero dos Santos Pereira	
SUPLENTE	Antônio Nilson da Silva	

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE

TITULAR	Francisco Fernando de Amorim Silva	
SUPLENTE	Luis Isael Alves Campos de Araújo	.

COLONIA DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS Z-58 DE NOVO ORIENTE

TITULAR	Antônio Alexandre Albuquerque	.
SUPLENTE	Antônio Firmino Albuquerque Coelho	



SISTEMA INTEGRADO DE SANEAMENTO RURAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA - SISAR

TITULAR	Antônio Marcos Diogo Leitão	
SUPLENTE	Sônia Maria Ximenes Aragão Sales	

ASSOCIAÇÃO DAS PESCADORAS E PESCADORES DO AÇUDE REALEJO - APPAR

TITULAR	Cleidiane da Saúde Tomaz Araújo Lima	.
SUPLENTE	Adailson Pereira Lima	.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARENDÁ

TITULAR	Francisco Alexandre Martins Alves	.
SUPLENTE	José Flávio Brito Silva	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS

TITULAR	Teobaldo Barbosa Marques Neto	
SUPLENTE	Francisco Veira Sales Neto	.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA

TITULAR	Luilson Pinheiro Costa	.
SUPLENTE	Paula Leticia Coutinho Sales	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ORIENTE

TITULAR	Enoch Saboia Coutinho	.
SUPLENTE	Alonso Alves da Silva	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGA

TITULAR	Francisco Tiago Alves gomes	
SUPLENTE	Antônio Valdir Gomes Lima Júnior	

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS

TITULAR	Cicero Lacerda de Deus	
SUPLENTE	Manoel Gomes Coutinho	



SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH

TITULAR	Márcia Soares Caldas	
SUPLENTE	Carlos Magno Feijó Campelo	

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ – EMATERCE

TITULAR	Raimundo Lira Galvão	
SUPLENTE	Kryssia Gislaine Pinheiro Melo Santana	

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA

TITULAR	Danilo Soares Melo	.
SUPLENTE	Caroline Bastos de Alencar Viana	

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS

TITULAR	<i>Aguardando indicação</i>	
SUPLENTE	<i>Aguardando indicação</i>	

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS - FUNCEME

TITULAR	Meiry Sayuri Sakamoto	
SUPLENTE	Vinícius Oliveira	.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

TITULAR	Kennedy Vieira Loiola Custódio	
SUPLENTE	Marcelo Alexandre de Paula	